

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SICOOB CREDIACIL

31/12/2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Leme – SICOOB CREDIACIL, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDIACIL completou 13 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDIACIL obteve um resultado de R\$ 4.166.222,29 antes das destinações, representando um retorno anual de 27,77% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 447.361,11. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 52.041.935,41.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 51.404.796,08	98,78%
Carteira Rural	R\$ 637.139,33	1,22%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 39,98% da carteira, no montante de R\$ 20.973.117,57

4. Captação

As captações, no total de R\$ 75.889.804,26, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,52%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 17.987.900,17	23,71%
Depósitos sob aviso	R\$ 85.814,05	0,11%
Depósitos a prazo	R\$ 57.816.090,04	76,18%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 41,01% da captação, no montante de R\$ 31.163.755,65.

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB CREDIACIL era de R\$ 15.001.676,45. O quadro de cooperados era composto por 3.097 cooperados, havendo um aumento de 12,41% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIACIL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,46% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIACIL aderiram, em 2011, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB CREDIACIL registrou 4 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 4 reclamações, 1 foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Leme/SP, dia 6 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em reais)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE LEME - SICOOB CREDIACIL

CNPJ nº 08.795.285/0001-06

Ativo	Notas	31-dez-19	31-dez-18	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-19	31-dez-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	3.904.515,31	2.105.382,11	Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	12	75.889.804,26	69.930.990,75
Títulos e valores mobiliários	5	35.145.582,10	32.485.641,33	Relações Interfinanceiras	13	521.049,51	493.887,20
Relações interfinanceiras	4	447.361,11	766.930,51	Relações interdependências	14	319.159,47	252.964,01
Relações interdependências	4	-	562.405,47	Cobrança/Arrecadação de Tributos	15	19.403,20	12.736,40
Operações de crédito	6	21.319.823,48	18.750.576,56	Obrigações sociais e estatutárias	15.1	1.146.764,27	927.655,20
(-) Provisões operações de crédito	6	(991.557,64)	(486.159,70)	Obrigações fiscais e previdenciárias	15.2	124.033,60	85.194,08
Outros créditos	7	1.175.283,29	281.050,79	Obrigações diversas	15.3	1.155.252,98	1.043.945,27
Outros valores e bens	8	1.684.049,73	125.729,40	Total do passivo circulante		79.175.467,29	72.747.372,91
Total do ativo circulante		62.685.057,38	54.591.556,47				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Obrigações diversas	15.3	-	511,92
Operações de crédito	6	30.722.111,93	29.310.760,42	Total do passivo não circulante		-	511,92
(-) Provisões operações de crédito	6	(1.742.233,31)	(1.068.219,43)				
Total do realizável a longo prazo		28.979.878,62	28.242.540,99				
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	9	820.372,58	671.362,67	Capital social	17.a	6.313.367,28	5.897.361,70
Imobilizações de uso	10	2.180.640,86	2.214.100,13	Reserva legal	17.b	7.010.110,91	5.145.446,19
(-) Depreciação acumulada	10	(518.441,34)	(360.708,89)	Sobras do exercício	17.f	1.678.198,26	1.587.871,31
Intangível	11	49.056,61	25.078,06	Total do patrimônio líquido		15.001.676,45	12.630.679,20
(-) Amortização acumulada	11	(19.420,97)	(5.365,40)				
Total do permanente		2.512.207,74	2.544.466,57				
Total do ativo não circulante		31.492.086,36	30.787.007,56				
Total do ativo		94.177.143,74	85.378.564,03	Total do passivo		94.177.143,74	85.378.564,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas				
(Em reais)				
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE LEME - SICOOB CREDIACIL				
CNPJ nº 08.795.285/0001-06				
	Notas	2º Semestre de		
		2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		5.608.652,99	10.523.114,75	8.364.109,32
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		841.426,41	1.881.803,23	2.125.783,22
	19	6.450.079,40	12.404.917,98	10.489.892,54
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	20.a	(1.543.122,76)	(3.263.360,51)	(2.993.606,66)
Operações de empréstimos e repasses		(17.670,32)	(32.529,60)	(19.577,01)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		828.424,64	(1.292.665,53)	(1.097.502,25)
	20	(732.368,44)	(4.588.555,64)	(4.110.685,92)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.717.710,96	7.816.362,34	6.379.206,62
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	21	854.412,55	1.471.970,89	1.042.248,58
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		837.057,06	1.647.257,22	1.364.392,96
Dispêndios e despesas de pessoal	22	(1.295.184,07)	(2.432.837,25)	(2.179.148,91)
Outros dispêndios e despesas administrativas	23	(1.977.886,51)	(3.731.117,27)	(2.803.378,23)
Dispêndios e despesas tributárias	24	(89.619,66)	(140.635,78)	(84.551,92)
Ingressos de depósitos Intercooperativos	4	37.246,67	99.745,18	183.514,99
Outros ingressos e rendas operacionais	25	419.904,24	807.914,33	534.754,15
Outros dispêndios e despesas operacionais	26	(475.387,97)	(794.802,75)	(353.795,20)
		(1.689.457,69)	(3.072.505,43)	(2.295.963,58)
Resultado operacional		4.028.253,27	4.743.856,91	4.083.243,04
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais		21.227,17	40.528,75	3.084,32
Despesas não operacionais		(42.475,02)	(44.419,46)	(8.108,21)
	27	(21.247,85)	(3.890,71)	(5.023,89)
Resultado antes da tributação e das participações		4.007.005,42	4.739.966,20	4.078.219,15
Imposto de renda e contribuição social		(36.476,19)	(36.476,19)	(38.122,03)
Participação de funcionários		(171.880,80)	(171.880,80)	(162.369,13)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		3.798.648,43	4.531.609,21	3.877.727,99
Juros ao capital	28	(365.386,92)	(365.386,92)	(258.263,34)
Resultado antes das destinações estatutárias		3.433.261,51	4.166.222,29	3.619.464,65
F A T E S - Atos não cooperativos	18		(436.892,84)	(252.473,05)
F A T E S - Atos cooperativos	17.f	-	(186.466,47)	(158.787,13)
Reserva Legal	17.f	-	(1.678.198,25)	(1.429.084,17)
Reserva para contingência	17.d	-	(186.466,47)	(191.248,99)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		3.433.261,51	1.678.198,26	1.587.871,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
(Em reais)							
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE LEME - SICOOB CREDIACIL							
CNPJ nº 08.795.285/0001-06							
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva para Expansão	Reserva para Contingência	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2017	5.932.702,80	(219.701,66)	3.424.357,83	755,20	100.000,00	1.425.644,71	10.663.758,88
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Ao capital	-	-	-	-	-	(1.793,58)	(1.793,58)
Em conta corrente do associado	-	-	-	-	-	(1.415.570,80)	(1.415.570,80)
Cotas de capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(8.280,33)	(8.280,33)
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	858.355,74	1.056.303,20	-	-	-	-	1.914.658,94
(-) Devolução de capital	(862.665,42)	(1.121.257,69)	-	-	-	-	(1.983.923,11)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	3.428.215,66	3.428.215,66
Remuneração de juros ao capital							
Integralização de Juros ao Capital	258.263,34	-	-	-	-	-	258.263,34
IRRF sobre Juros ao Capital	(4.638,61)	-	-	-	-	-	(4.638,61)
Destinação das Sobras							
Reserva de contingência	-	-	-	-	191.248,99	-	191.248,99
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(158.787,13)	(158.787,13)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(252.473,05)	(252.473,05)
Reserva Legal	-	-	1.429.084,17	-	-	(1.429.084,17)	-
Saldos em 31/12/2018	6.182.017,85	(284.656,15)	4.853.442,00	755,20	291.248,99	1.587.871,31	12.630.679,20
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Cotas de Capital à Pagar em conta c/c	-	-	-	-	-	(1.587.871,31)	(1.587.871,31)
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	1.009.400,36	39.582,69	-	-	-	-	1.048.983,05
(-) Devolução de capital	(995.053,63)	-	-	-	-	-	(995.053,63)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	4.166.222,29	4.166.222,29
Remuneração de juros ao capital							
Integralização de Juros ao Capital	365.386,92	-	-	-	-	-	365.386,92
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.310,76)	-	-	-	-	-	(3.310,76)
Destinação das Sobras							
Reserva de contingência	-	-	-	-	186.466,47	(186.466,47)	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(186.466,47)	(186.466,47)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(436.892,84)	(436.892,84)
Reserva Legal	-	-	1.678.198,25	-	-	(1.678.198,25)	-
Saldos em 31/12/2019	6.558.440,74	(245.073,46)	6.531.640,25	755,20	477.715,46	1.678.198,26	15.001.676,45
Saldos em 30/06/2019	6.493.763,34	(318.565,83)	4.853.442,00	755,20	291.248,99	732.960,78	12.053.604,48
Movimentação de Capital							
Integralização/subscrição de capital	517.988,58	-	-	-	-	-	517.988,58
(-) Devolução de capital	(815.387,34)	73.492,37	-	-	-	-	(741.894,97)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	3.433.261,51	3.433.261,51
Remuneração de juros ao capital							
Integralização de Juros ao Capital	365.386,92	-	-	-	-	-	365.386,92
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.310,76)	-	-	-	-	-	(3.310,76)
Destinação das Sobras							
Reserva de contingência	-	-	-	-	186.466,47	(186.466,47)	-
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(186.466,47)	(186.466,47)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(436.892,84)	(436.892,84)
Reserva Legal	-	-	1.678.198,25	-	-	(1.678.198,25)	-
Saldos em 31/12/2019	6.558.440,74	(245.073,46)	6.531.640,25	755,20	477.715,46	1.678.198,26	15.001.676,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa (Em reais)			
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPRESÁRIOS DE LEME - SICOOB CREDIACIL CNPJ nº 08.795.285/0001-06			
	2º Semestre de		
	2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	4.007.005,42	4.739.966,20	4.078.219,15
Ajustes por:			
IRPJ / CSLL	(36.476,19)	(36.476,19)	(38.122,03)
Provisão para operações de crédito	(828.424,64)	1.292.665,53	1.041.014,69
Provisão de Juros ao Capital	(365.386,92)	(365.386,92)	(258.263,34)
Participação dos funcionários	(171.880,80)	(171.880,80)	(162.369,13)
Depreciações e Amortizações	152.373,87	270.563,96	147.690,33
	2.757.210,74	5.729.451,78	4.808.169,67
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	3.165.537,34	(4.093.852,14)	(20.935.034,19)
Outros créditos	(885.911,99)	(894.232,50)	563.587,26
Outros valores e bens	(1.571.301,47)	(1.558.320,33)	(88.020,59)
Depósitos	3.147.511,69	5.958.813,51	24.512.638,33
Outras Obrigações	207.024,77	375.411,18	598.847,43
Relações Interdependências	314.632,96	66.195,46	(319.088,66)
Relações interfinanceiras	(107.667,18)	27.162,31	391.825,02
	4.269.826,12	(118.822,51)	4.724.754,60
Caixa gerado nas operações	7.027.036,86	5.610.629,27	9.532.924,27
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(28.629,24)	(149.009,91)	(248.609,97)
Aquisições de imobilizações de uso	(61.549,87)	(71.854,87)	(1.774.157,58)
Aquisições de ativos intangível e de diferido	(15.961,90)	(17.440,35)	(21.092,28)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(106.141,01)	(238.305,13)	(2.043.859,83)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	591.480,95	1.048.983,05	1.914.658,94
Devolução de capital à cooperados	(815.387,34)	(995.053,63)	(1.983.923,11)
Destinação de sobras de exercício anterior	-	(1.587.871,31)	(1.425.644,71)
FATES - Resultado de atos cooperativos	(186.466,47)	(186.466,47)	(158.787,13)
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(436.892,84)	(436.892,84)	(252.473,05)
Subscrição do juros ao capital	365.386,92	365.386,92	258.263,34
IRRF sobre juros ao capital	(3.310,76)	(3.310,76)	(4.638,61)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(485.189,54)	(1.795.225,04)	(1.652.544,33)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	6.435.706,31	3.577.099,10	5.836.520,11
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	6.435.706,31	3.577.099,10	5.836.520,11
No início do período	33.061.752,21	35.920.359,42	30.083.839,31
No fim do período	39.497.458,52	39.497.458,52	35.920.359,42
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE LEME - SICOOB CREDIACIL

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE LEME - SICOOB CREDIACIL - SICOOB CREDIACIL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/03/2007**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIACIL** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JUNDIAÍ – SP e PAULÍNIA - SP**.

O **SICOOB CREDIACIL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

De acordo com a Ata de reunião do Conselho de Administração de 27 de agosto de 2019, a cooperativa buscou como alternativa a incorporação pelo Sicoob Aliança filiada ao Sicoob Unicoob, com objetivo de fortalecimento dos negócios. Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2019, foi aprovada a incorporação, entretanto, não ocorreu pela não anuência da Central CECRESP.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de janeiro de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões

necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do

balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	3.904.515,31	2.105.382,11
Numerários em trânsito	-	562.405,47
Títulos e valores mobiliários	35.145.582,10	32.485.641,33
Relações interfinanceiras - centralização financeira - (a)	447.361,11	766.930,51
TOTAL	39.497.458,52	35.920.359,42

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 96,6% (2018 – 100 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Cecresp. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 99.745,18 (2018 - R\$ 183.514,99), respectivamente, registrada no grupo "Ingresso de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de Renda Fixa	35.145.582,10	32.485.641,33

Referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos – RDC, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da receita operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.881.803,23 (2018 - R\$ 2.125.783,22), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos e receitas da intermediação financeira" da demonstração das sobras ou perdas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	19.221.852,78	28.465.600,53	47.687.453,31	44.933.419,08
Financiamentos	1.460.831,37	2.256.511,40	3.717.342,77	2.634.030,70
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	637.139,33	-	637.139,33	493.887,20
Total de Operações de Crédito	21.319.823,48	30.722.111,93	52.041.935,41	48.061.336,98
(-) Provisões para Operações de Crédito	(991.557,64)	(1.742.233,31)	(2.733.790,95)	(1.554.379,13)
TOTAL	20.328.265,84	28.979.878,62	49.308.144,46	46.506.957,85

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	1.184.894,91	487.603,40	-	1.672.498,31	-	1.228.266,65	-
A 0,5% Normal	13.432.297,38	818.901,49	-	14.251.198,87	(71.255,99)	11.576.849,57	(57.884,25)
B 1% Normal	12.755.502,10	531.735,84	-	13.287.237,94	(132.872,38)	20.358.614,82	(203.586,15)
B 1% Vencidas	363.924,28	-	-	363.924,28	(3.639,24)	138.212,53	(1.382,13)
C 3% Normal	10.871.598,62	1.500.778,95	521.049,51	12.893.427,08	(386.802,81)	9.891.737,20	(296.752,12)
C 3% Vencidas	330.473,87	-	116.089,82	446.563,69	(13.396,91)	1.689.899,68	(50.696,99)



D	10%	Normal	4.492.049,24	103.602,11	-	4.595.651,35	(459.565,14)	529.081,45	(62.908,15)
D	10%	Vencidas	636.458,83	-	-	636.458,83	(63.645,88)	1.114.791,40	(111.479,14)
E	30%	Normal	2.233.344,35	-	-	2.233.344,35	(670.003,31)	38.435,82	(11.530,75)
E	30%	Vencidas	668.559,31	103.915,37	-	772.474,68	(231.742,40)	98.289,54	(29.486,86)
F	50%	Normal	39.283,61	160.282,87	-	199.566,48	(99.783,24)	1.227.822,32	(613.911,16)
F	50%	Vencidas	106.950,13	-	-	106.950,13	(53.475,07)	81.055,24	(40.527,62)
G	70%	Normal	103.993,30	-	-	103.993,30	(72.795,31)	9.575,71	(6.703,00)
G	70%	Vencidas	12.778,60	-	-	12.778,60	(8.945,75)	3.915,43	(2.741,19)
H	100%	Normal	121.357,36	-	-	121.357,36	(121.357,36)	7.486,68	(7.486,68)
H	100%	Vencidas	333.987,42	10.522,74	-	344.510,16	(344.510,16)	67.302,94	(67.302,94)
Total Normal			45.234.320,87	3.602.904,66	521.049,51	49.358.275,04	(2.014.435,54)	44.867.870,22	(1.250.762,26)
Total Vencidos			2.453.132,44	114.438,11	116.089,82	2.683.660,37	(719.354,68)	3.193.466,76	(303.616,48)
Total Geral			47.687.453,31	3.717.342,77	637.139,33	52.041.935,41	(2.733.790,95)	48.061.336,98	(1.554.379,13)
Provisões			(2.528.042,52)	(186.634,25)	(19.114,18)	(2.733.790,95)		(1.554.379,13)	
Total Líquido			45.159.410,79	3.530.708,52	618.025,15	49.308.144,46		46.506.957,85	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	8.920.413,73	10.301.439,05	28.465.600,53	47.687.453,31
Financiamentos	397.409,87	1.063.421,50	2.256.511,40	3.717.342,77
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	116.089,82	521.049,51	-	637.139,33
TOTAL	9.433.913,42	11.885.910,06	30.722.111,93	52.041.935,41

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	6.387.901,26	188.845,42	-	6.576.746,68	13%
Setor Privado - Indústria	223.998,85	-	-	223.998,85	0%
Setor Privado - Serviços	31.508.034,35	2.471.854,95	-	33.979.889,30	65%
Pessoa Física	9.565.878,35	1.056.642,40	637.139,33	11.259.660,08	22%
Outros	1.640,50	-	-	1.640,50	0%
TOTAL	47.687.453,31	3.717.342,77	637.139,33	52.041.935,41	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.644.105,53	3,00%	1.776.609,33	4,00%
10 Maiores Devedores	12.666.886,43	24,00%	13.934.707,26	29,00%
50 Maiores Devedores	33.792.972,23	65,00%	34.374.633,88	71,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	624.880,50	642.326,69
Valor das operações transferidas no período	83.358,07	32.863,77
Valor das operações recuperadas no período	(167.933,79)	(50.203,53)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(14.517,69)	(106,43)
TOTAL	525.787,09	624.880,50

g) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 8.707.212,55**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	25.029,31	18.445,50
Serviços prestados a receber	62.216,92	48.900,75
Outras rendas a receber	7.605,72	6.301,42
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	-	195,13
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	259.030,55	3.844,71
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	1.005,00
Devedores por depósitos em garantia	-	17.778,08
Impostos e contribuições a compensar	111.467,37	89.396,29
Imposto de renda a recuperar	334,86	-
Pagamentos a ressarcir	5,25	-
Títulos e créditos a receber	69.204,72	101.401,88
Devedores diversos – país (c)	661.261,07	8.093,76
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (d)	(20.872,48)	(14.311,73)
TOTAL	1.175.283,29	281.050,79

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

b) Saldo refere-se adiantamento para fornecedores de campanhas de vendas, como “comissão faça seu futuro 3, adiantamento de benefícios e prestadores de serviços diversos.

c) Trata-se de diferença de caixa R\$ 86.089,28, pendências a regularizar e do Bancoob R\$ 575.171,79.

d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Vencidas	2.955,55	2.955,55	(886,67)	1.567,32	(470,20)
G	70%	Normal	6.959,82	6.959,82	(4.871,87)	-	-
G	70%	Vencidas	-	-	-	10.122,18	(7.085,53)
H	100%	Normal	15,79	15,79	(15,79)	-	-
H	100%	Vencidas	15.098,15	15.098,15	(15.098,15)	6.756,00	(6.756,00)
Total Normal			6.975,61	6.975,61	(4.887,66)	-	-
Total Vencidos			18.053,70	18.053,70	(15.984,82)	18.445,50	(14.311,73)
Total Geral			25.029,31	25.029,31	(20.872,48)	18.445,50	(14.311,73)
Provisões			(20.872,48)	(20.872,48)		(14.311,73)	
Total Líquido			4.156,83	4.156,83		4.133,77	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.677.000,00	-
Material em Estoque	119,00	-
Despesas Antecipadas (b)	6.930,73	125.729,40
TOTAL	1.684.049,73	125.729,40

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	820.372,58	671.362,67
TOTAL	820.372,58	671.362,67

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		64.863,01	-
Instalações	10%	502.416,44	834.602,92
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(78.957,63)	(50.827,25)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	854.319,53	927.010,48
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(155.323,12)	(133.836,22)
Sistema de Comunicação	20%	58.009,43	58.009,43
Sistema de Processamento de Dados	20%	613.065,08	298.679,93
Sistema de Segurança	10%	87.967,37	95.797,37
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(284.160,59)	(176.045,42)
TOTAL		1.662.199,52	1.853.391,24

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	20%	49.056,61	25.078,06
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	-	(19.420,97)	(5.365,40)
Total	-	29.635,64	19.712,66

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	17.987.900,17	13.923.450,59
Depósito Sob Aviso	85.814,05	85.767,82
Depósito a Prazo	57.816.090,04	55.921.772,34
TOTAL	75.889.804,26	69.930.990,75

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	5.855.263,88	8,00%	7.334.279,27	11,00%
10 Maiores Depositantes	24.107.024,49	32,00%	27.164.099,37	39,00%
50 Maiores Depositantes	44.432.080,32	58,00%	45.034.628,07	64,00%

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Recursos do Bancoob	5,50%	01/07/2020	535.225,11	507.249,42
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(14.175,60)	(13.362,22)
TOTAL			521.049,51	493.887,20

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	319.159,47	252.964,01
TOTAL	319.159,47	252.964,01

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	19.403,20	12.736,40
Sociais e Estatutárias	1.146.764,27	927.655,20
Fiscais e Previdenciárias	124.033,60	85.194,08
Diversas	1.155.252,98	1.043.945,27
TOTAL	2.445.454,05	2.069.530,95

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para participações nos lucros dos funcionários	93.230,80	162.369,13
Resultado de atos com associados (b)	200.017,67	234.973,24
Resultado de atos com não associados	485.786,01	252.473,05
Gratificações e Participações a Pagar	78.650,00	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	289.079,79	277.839,78
TOTAL	1.146.764,27	927.655,20

(a) Refere-se a provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração, calculado considerando as verbas salariais em relação indicadores, pesos e metas estabelecidos em regulamento próprio.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do



BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	18.610,30	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	11.570,57	8.424,19
Impostos e Contribuições sobre Salários	75.884,44	51.350,98
Outros	17.968,29	25.418,91
TOTAL	124.033,60	85.194,08

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	8.972,20	0,80	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.519,67	-	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	591.659,22	478.453,06	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	300.193,72	261.610,53	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	60.918,83	52.789,51	511,92
Credores Diversos – País (c)	188.989,34	251.091,37	-
TOTAL	1.155.252,98	1.043.945,27	511,92

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com salários, 13º salário, férias e provisões para despesas administrativas;

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.603.318,70 (R\$ 2.698.195,18 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se pendências a regularizar R\$ 57.434,26, diferença de caixa R\$ 2.386,00, pendências a regularizar bancoob R\$ 268,82, cheques depositados R\$ 104.560,55, credores diversos-liquidação cobrança R\$ 1.205,35, valores a liquidar - parcelas crédito consignado R\$ 3.774,67, devolução saldo credor - cartões R\$ 6.676,34, outros credores diversos - país R\$ 12.683,35.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIACIL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	6.313.367,28	5.897.361,70
Associados	3.097	2.755

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de expansão

Refere-se aos gastos para adaptação da cooperativa quando ocorreu a mudança para sede e apresenta o montante de R\$ 755,20.

d) Fundo de Contingência

A reserva de contingência, constituída em 21 de setembro de 2014 e renovado na assembleia no dia 23 de abril de 2018, tem por finalidade o ressarcimento de prejuízos financeiros que venham a ser em decorrência de eventos sem cobertura suficiente de apólices de seguro. O fundo é formado pela retenção de 5% do resultado bruto e limitado a R\$ 500.000,00 e por um período determinado de 60 meses com ou sem a utilização. Quando da liquidação do fundo no prazo determinado o valor será incorporado à reserva legal.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras em conta corrente, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.587.871,31.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	4.166.222,29	3.619.464,65
Atos não cooperativos apropriado ao FATES	(436.892,84)	(252.473,05)
Destinações estatutárias	(2.051.131,19)	(1.779.120,29)
Reserva legal	(1.678.198,25)	(1.429.084,17)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(186.466,47)	(158.787,13)
Reserva para Contingência	(186.466,47)	(191.248,99)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	1.678.198,26	1.587.871,31

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	563.218,50	594.027,58
Despesas específicas de atos não cooperativos	(172.100,52)	(119.803,09)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(320.414,57)	(216.727,55)
Resultado operacional	70.703,41	257.496,94
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(3.890,71)	(5.023,89)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.812,70	252.473,05
IR/CSLL	(36.476,19)	(38.122,03)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	30.336,51	214.351,02

19. Receitas da intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	262.060,95	208.151,29
Rendas de Empréstimos	8.668.297,68	7.058.974,36
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	828.598,68	599.617,48
Rendas de Financiamentos	536.420,13	417.032,26
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista	33.001,68	21.947,22
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	59,02	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	194.676,61	58.386,71
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.881.803,23	2.125.783,22
TOTAL	12.404.917,98	10.489.892,54

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(3.263.360,51)	(2.993.606,66)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(32.529,60)	(19.577,01)
Provisões para Operações de Crédito	(1.292.665,53)	(1.097.502,25)
TOTAL	(4.588.555,64)	(4.110.685,92)

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.776,11)	(5.201,28)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.148.780,99)	(2.898.091,19)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(109.803,41)	(90.314,19)
TOTAL	(3.263.360,51)	(2.993.606,66)

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	770.003,00	602.909,80
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	305.128,43	248.461,88
Rendas de Serviços Prioritários – PF	94.530,32	74.186,46
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.247.598,47	1.041.744,62
Rendas de Outros Serviços	701.967,89	439.338,78
TOTAL	3.119.228,11	2.406.641,54

22. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(27.680,00)	(25.835,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(202.709,08)	(190.581,08)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(513.025,89)	(530.505,05)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(498.679,54)	(378.600,72)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.189.787,74)	(1.052.798,56)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(955,00)	(828,50)
TOTAL	(2.432.837,25)	(2.179.148,91)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(100.847,88)	(85.413,36)
Despesas de Aluguéis	(331.929,13)	(266.573,73)
Despesas de Comunicações	(82.889,22)	(94.072,60)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(15.871,77)	(68.368,44)
Despesas de Material	(40.700,90)	(72.801,29)
Despesas de Processamento de Dados	(368.180,17)	(200.792,68)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(48.959,70)	(34.101,81)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(58.660,56)	(53.907,87)
Despesas de Publicações	(991,90)	0,00
Despesas de Seguros	(35.924,08)	(35.911,25)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(678.919,75)	(517.002,91)
Despesas de Serviços de Terceiros	(162.955,50)	(157.385,33)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(127.560,56)	(140.483,03)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(408.327,51)	(122.272,78)
Despesas de Transporte	(247.716,89)	(133.546,93)
Despesas de Viagem no País	(20.291,66)	(19.448,09)
Despesas de Amortização	(7.517,37)	(3.239,65)
Despesas de Depreciação	(263.046,59)	(144.450,68)
Outras Despesas Administrativas	(37.544,45)	(64.971,99)
Emolumentos judiciais e cartorários	(57.232,36)	(19.684,21)
Contribuição a OCE	(26.777,02)	(11.723,13)
Rateio de despesas da Central	(509.722,81)	(507.758,88)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(98.549,49)	(49.467,59)
TOTAL	(3.731.117,27)	(2.803.378,23)

24. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas tributárias	(41.624,38)	(20.924,91)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(46.954,64)	(26.254,44)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(38.791,00)	(23.761,12)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(13.265,76)	(13.611,45)
TOTAL	(140.635,78)	(84.551,92)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	89.587,40	80.218,50
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	88.807,90	-
Deduções e abatimentos	3.018,95	815,00
Distribuição de sobras da central	69.704,46	-
Rendas de repasses Delcredere	311,12	701,83
Outras rendas operacionais	36.341,04	125.512,01
Rendas oriundas de cartões de crédito	520.143,46	327.506,81
Rendas de crédito por avais e fianças honrados	59,02	-
TOTAL	807.973,35	534.754,15

26. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – Desp. Descontos Concedidos em Renegociações	(46.342,88)	-
Despesas de Provisões Passivas	(96.425,30)	(33.872,09)
Outras Despesas Operacionais	(235.101,16)	(102.671,59)
Descontos concedidos - operações de crédito	(152.553,32)	(55.227,92)
Cancelamento - tarifas pendentes	(264.380,09)	(162.023,60)
TOTAL	(794.802,75)	(353.795,20)

27. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	40.528,75	3.084,32
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(145,00)	-



(-) Perdas de Capital	(11.160,76)	(8.108,21)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(33.113,70)	-
Resultado Líquido	(3.890,71)	(5.023,89)

28. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 365.386,92**, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada em ata de 28 de janeiro de 2020 do conselho de administração. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	347.831,12	0,38%	8.288,35
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	277.105,01	0,31%	1.165,67
TOTAL	624.936,13	0,70%	9.454,02
Montante das Operações Passivas	6.278.723,82	9,34%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	6.723,31	67,23	0,49%
Empréstimo	523.091,26	3.708,71	1,22%
Financiamento	181.548,35	1.786,83	4,88%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.035.877,30	5,79%	0%
Depósitos a Prazo	10.267.217,18	17,73%	0,36%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,24%
Financiamento	1,05%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,61%



(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	1,02%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Aplicações Financeiras	9,34%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avals, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	20.169,93
Empréstimo	694.028,18
Financiamento	497.750,70

e) As cobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
225.292,07	260.830,45

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(27.680,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(202.709,08)
Encargos Sociais	(44.318,21)

30. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE LEME - SICOOB CREDIACIL - SICOOB CREDIACIL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIACIL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	14.211.297,69	11.999.906,44
Ativo Ponderado por Risco RWA	8.458.343,57	7.520.583,14
Índice de Basileia - %	20,16%	19,15%
Imobilizado para Cálculo do limite	1.662.199,52	1.853.391,24
Índice de imobilização (limite 50%) - %	11,70%	15,45%

34. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da cooperativa **SICOOB CREDIACIL**, em 31 de dezembro de 2019, não existiam processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, ou classificados como perda possível.

Leme/SP, dia 6 de março de 2020.

ERICA FABIANO MACHADO
DIRETORA OPERACIONAL

FLÁVIA RUIZ ANDRIAN
CONTADORA 066542/O-2 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Leme - Sicoob Crediacyl
Leme - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Leme - Sicoob Crediacyl, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Leme - Sicoob Crediacyl em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 6 de março de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Leme/ SP 25 de março de 2020

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Leme – Sicoob Crediacil, e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

OSEIAS FERREIRA
Conselheiro Fiscal

LUCAS BEZERRA BONFOGO
Conselheiro Fiscal

MAURO SERGIO GONÇALVES DE CAMPOS
Conselheiro Fiscal